

**RECENSÃO CRÍTICA DE "A ESCOLA NÃO É UMA EMPRESA: O NEOLIBERALISMO EM ATAQUE AO ENSINO PÚBLICO" (2019) DE CHRISTIAN LAVAL**

CRITICAL REVIEW OF "THE SCHOOL IS NOT A COMPANY: NEOLIBERALISM IN ATTACK ON PUBLIC EDUCATION" (2019) BY CHRISTIAN LAVAL

RESEÑA CRÍTICA DE "LA ESCUELA NO ES UNA EMPRESA: NEOLIBERALISMO EN ATAQUE A LA EDUCACIÓN PÚBLICA" (2019) DE CHRISTIAN LAVAL

**Rodrigo Diego de Souza**

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
professor.rodrigосуza@gmail.com



**Figura 1** Capa do livro "A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público" de Christian Laval

O livro “A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público”, do professor de sociologia Christian Laval, foi publicado na França no ano de 2003, em 2004 foi publicada no Brasil a primeira edição traduzida pela editora Planta e, no ano de 2019, a segunda edição revista e ampliada pela editora Boitempo.

A referida obra conta com prefácio à segunda edição brasileira, introdução, conclusão, documentos oficiais franceses utilizados e referências. O desenvolvimento teórico apresentado por Laval (2019) está organizado em três seções, na primeira aborda a produção de “capital humano” a serviço da empresa; na segunda analisa a escola sob o dogma do mercado e, na terceira, discute o poder e a gestão na escola neoliberal.

Considerando-se o pouco espaço de escrita para as reflexões e análises suscitadas pelo livro nesta recensão, apresentam-se aqui algumas considerações sobre a obra, que não esgotam a sua importância e profundidade, mas que podem ser um convite aos futuros leitores do Laval (2019).

Nessa perspectiva, de modo geral, o autor discute a liquidação da escola republicana de base humanista na sociedade capitalista e neoliberal, pois, se como herança do iluminismo a escola se constituiu como o lugar do conhecimento<sup>1</sup>, na lógica de mercado essa ideia se torna obsoleta, pois são necessários conhecimentos úteis ao capital.

Assim, no contexto capitalista neoliberal, a partir da década de 90, uma nova ordem escolar passa-se a se impor, por meio das reformas educativas, dos ideais de globalização da economia para a formação de mão-de-obra de trabalho, bem como, para políticas internacionais de educação, visando uma certa “mundialização” da educação, de acordo com as características sociais e econômicas de cada país/região e a força de trabalho a ser oferecida e qualificada por esses países no contexto global de produção e do imperialismo do capital.

Dessa forma, a escola no viés neoliberal, passa a considerar a educação como um bem privado a ser adquirido e consumido; as famílias se tornam consumidoras de um serviço a ser prestado pela escola; a escola deixa de ser o lugar do conhecimento historicamente, culturalmente e socialmente produzido e acumulado a ser transmitido para as novas gerações e, passa a ser, uma empresa que oferece serviços, de acordo com os interesses individuais e particulares. Sendo assim, quais conhecimentos seriam ensinados na escola? Quem define os currículos? As famílias ou os professores ou o estado?

Nessa direção, salienta-se o papel do Estado como o definidor das ações e constituição da escola, quando formula, direciona e avalia as políticas educativas e curriculares. Mas, na atual conjuntura da sociedade capitalista neoliberal, o Estado se configura como um Estado-Mercado, ou seja, um Estado que age e se organiza como mercado e, não necessariamente, como o Estado na perspectiva do bem-comum ou em outras perspectivas clássicas de Estado<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> As concepções de conhecimentos herdados pela escola republicana e a sua constituição contraditória em seus elementos políticos, ideológicos, culturais, de poder, entre outros aspectos que determinam quais conhecimentos estão e não estão na escola, não são discutidos nesta recensão, por ocasião do limite de caracteres e pelo objetivo do texto que consiste em apresentar uma resenha da obra, mas poderão ser discutidos em outros artigos.

<sup>2</sup> Esta resenha não discute as teorias de estado e não tem a intenção de “romantizar” as teorias clássicas de estado, mas, apenas, pontuar a diferença fundamental do Estado-Mercado para o Estado como busca do bem-comum dos cidadãos.

As políticas educativas que direcionam o papel e a função da escola, pautadas e geridas no Estado-Mercado, articulam-se aos interesses da escola como prestadora de serviços individuais, os quais estão associados a mais contrastes, como:

- (1) se antes a escola era o lugar do ensino e aprendizagem de conhecimentos; ela passa a ser no viés neoliberal, a escola que cria competências e habilidades; deixar de ser o lócus do conhecimento, e passa a ser o lócus da competência para o mercado.
- (2) Se o professor era o mediador do conhecimento e existia uma relação de ensino, na qual o professor ensina conhecimentos; na escola com viés neoliberal o professor é gestor das competências a serem construídas nos estudantes, o professor é o facilitador, o professor é o professor *coach* e não um sujeito do e com conhecimento.
- (3) Se os conhecimentos produzidos e ensinados pela escola republicana/humanista, de formação humana ampla, tornaram-se obsoletos; na escola com viés neoliberal os conhecimentos são flexíveis, a depender dos interesses das famílias, dos estudantes, dos formuladores de política, com foco na formação flexível, para o trabalho flexível/empregos flexíveis, para uma sociedade na qual a educação e a escola deixam de ser fundamental - uma desescolarização que, em seu reverso, causa uma pedagogização das relações sociais como um todo, ou seja, aprende-se na 'escola da vida'.

Esta recensão não encerra todas as reflexões sobre o tema, mas traz elementos de grande importância para a análise das Políticas Educacionais, de modo geral, e das particularidades das Políticas para a Educação em Ciências, especialmente no Brasil, no qual, atualmente, uma agenda de políticas educacionais vinculadas a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018) e a Reforma do Ensino Médio (Brasil, 2017) (realizada via Medida Provisória pelo Presidente Temer (MDB) após o *impeachment* a Presidenta Dilma Rousseff (PT))<sup>3</sup>, estão em vigor e radicalizam o movimento de: (1) empresariamento da educação brasileira; (2) formação para o trabalho flexível; (3) esvaziamento dos conhecimentos nos currículos escolares; (4) empobrecimento da formação intelectual e cultural sob o discurso da escolha individual dos conhecimentos que serão estudados e “servem para a vida”, mas, ao mesmo tempo, aumentando o controle sobre o que é ensinado e estudado nas escolas.

Conforme apontado no parágrafo anterior, as Políticas Educacionais e Curriculares no Brasil estão alinhadas à BNCC e a Reforma do Ensino Médio, e preconizam a formação flexível dos brasileiros com a centralidade da formação nas competências, no entanto, as contradições entre a formação flexível e o controle da formação estão dadas, pois nesta agenda política há um cenário amplo de reformas, nas quais, a Política de Formação Docente alinha-se a BNCC via Bases Nacionais de Formação Inicial e Continuada; os Livros Didáticos alinham-se a BNCC via Plano Nacional do Livro Didático; as Avaliações Externas alinham-se a BNCC; entre outros aspectos políticos que estão na gênese da construção da BNCC, os quais são analisados no artigo de Michetti (2020).

Por fim, esse cenário de reformas político-educacionais e curriculares no contexto brasileiro estão em consonância com o viés neoliberal da escola na sociedade neoliberal e capitalista contemporânea. Ratifica-se esse alinhamento com as tendências apresentadas por Laval (2019), de que a escola passa por um processo de *desinstitucionalização*, perdendo sua

---

<sup>3</sup> Para um maior aprofundamento e contextualização sobre o tema, sugere-se o artigo de Souza (2018).

autonomia e seu lócus do conhecimento, tornando-se uma empresa educadora de competências a serviço dos interesses dos seus consumidores; processo de *desvalorização* no qual seus objetivos clássicos de transmissão da cultura e dos conhecimentos são substituídos pela eficiência produtiva, por conhecimentos úteis com valor econômico; e a *desintegração* da escola, na qual as escolhas e interesses individuais dos consumidores da escola passam a determinar e apresentar as demandas que a escola precisa suprir para a lógica de mercado e, ao mesmo tempo, aumentam as burocracias pautadas no controle do que é ensinado para criar as competências necessárias, as “boas práticas”, os “bons índices e rankings”, os critérios de comparação entre as escolas e práticas pedagógicas dos docentes.

No desenvolvimento teórico de Laval, entre 2008 e 2009, emerge a publicação da obra *La nouvelle raison du monde*, com as aproximações e teorizações construídas por ele com Pierre Dardot, oxigenando-se o debate intelectual francês em nível internacional. Ao discutir o neoliberalismo, os autores estabelecem aproximações teórico-críticas entre as filosofias marxista e foucaultiana, de modo que as duas perspectivas filosóficas apontem complementaridades e, não apenas, distanciamentos na análise da sociedade capitalista neoliberal, propondo avanços na busca do Comum.

A produção teórica de Laval & Dardot (2016; 2017), apresenta-se com continuidades, rupturas e aprofundamentos nas reflexões apresentadas por Laval em “A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público”. Como preconizado no início deste texto, esta recensão consiste em uma apresentação breve e geral da obra, mostrando algumas relações gerais do pensamento de Laval (2019) com o contexto brasileiro e não esgota as reflexíveis e aprofundamento conceitual da obra.

## REFERÊNCIAS

- Brasil. (2018). *Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Acesso em: 25 mar. 2022.
- Brasil. (2017). *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm) Acesso em: 25 mar. 2022.
- Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1ª. Ed. – São Paulo: Boitempo.
- Dardot, P.; Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. 1ª. Ed. – São Paulo: Boitempo.
- Laval, C. (2019). *A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. 1ª. Ed. – São Paulo: Boitempo.
- Michetti, M. (2020). Entre a legitimação e a crítica: As disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 3. N° 102. São Paulo. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v35n102/0102-6909-rbcsoc-35-102-e3510221.pdf> Acesso em: 25 mar. 2022.
- Souza, R. D. (2018). Reforma ou ‘deforma’ do ensino médio?: as políticas públicas educacionais e o discurso subjacente às propagandas do ministério da educação do Brasil. *Cadernos CIMEAC*, v. 8, p. 138-157. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/2232> Acesso em: 25 mar. 2022.